



CONSELHEIRO JOÃO DA MATA MACHADO

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri, ed.1, n.1, 2010,p.32-39

Gilberto Ottoni Porto

Engenheiro Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais, membro fundador e
conselheiro do Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri.

Entre os objetivos do nosso Instituto Histórico, lemos em seu artigo 4º, parágrafo VI: Reverenciar a memória dos vultos beneméritos, cuja atuação nas diferentes áreas de atividade humana, contribuiu para a evolução e progresso do município de Teófilo Otoni e da região do Mucuri.

O Conselheiro João da Matta Machado, pela sua vida totalmente dedicada ao bem público, mormente à região norte-nordeste de Minas, representa um dos exemplos mais dignificantes a ser reverenciado, sendo por isto escolhido para ser o patrono de uma das cadeiras do nosso Instituto, a qual tenho a honra de ocupar.

Filho do comerciante de diamantes João da Matta Machado e de Amélia Senhorinha Caldeira da Matta, aquele descendente dos Machados paulistas, esta da família Caldeira Brant, João da Matta Machado Junior, o Conselheiro Matta Machado, nasceu em Diamantina a 14 de novembro de 1850.

O seu pai, natural do Serro, como Teófilo Benedito Ottoni era irmão de Pedro de Alcântara Machado também serrano, que lutou com Teófilo Ottoni na Revolução Liberal de 1842 e foi Deputado Provincial (1842-1843 e 1846-1847) e Geral (1857-1860).

O exemplo do tio revolucionário, discípulo de Teófilo Ottoni, deve ter exercido profunda influência no jovem diamantinense que aos 14 anos vai para o Rio de Janeiro estudar no afamado colégio “Santo Antônio” onde conclui os preparatórios para a Faculdade de Medicina.

A sua vida acadêmica muito se assemelha à de Teófilo Ottoni, mormente a vocação política precoce que o leva a fundar a “Liga Escolástica”, união de todos os estudantes, cujo jornal, o “Radical Acadêmico” teve em Matta Machado um de seus mais assíduos redatores.

Concluído o curso médico com brilhantismo, ei-lo defendendo a 30 de setembro de 1874, aos 24 anos, sua tese de doutorado na presença do Imperador, privilégio raro de acontecer, sob o título:

“Da Educação Física, Intelectual e Moral da Mocidade do Rio de Janeiro e sua Influência Sobre a Saúde”.

Tese aprovada com distinção, que ainda hoje pode ser lida com prazer e aproveitamento. Desenvolvendo um tema de medicina social em plena atualidade, é eminentemente política.

O autor condena o monopólio da educação, em nome dos princípios liberais, e defende abertamente a democratização da cultura a que todos devem ter acesso sem distinção de espécie alguma.

Critica o regime escolar do internato Santo Antonio, lamentando os castigos, as privações e sofrimentos infligidos aos alunos.

Prega uma nova pedagogia não mais usando os castigos corporais, quase tortura, mas valorizando o relacionamento cordial e amoroso como base mais segura da formação espiritual e sentimental dos educandos, e então escreve:

“De todos os dons com que aprouve a natureza armar o homem, a faculdade de amar é sem dúvida a mais sublime; pelo amor elevamo-nos acima de todos os seres criados, compreendemos o infinito; a razão, a inteligência, a vontade, são limitadas; o poder do amor não conhece barreiras;... o melhor dos homens será o que mais amar”.

Cedo assim mostra o pensamento e a conduta do médico, do educador e do político.

Podendo fazer brilhante carreira na Capital do Império, como médico e professor da Faculdade, preferiu voltar ao sertão diamantinense, após consorciar-se com dona Luiza Bessa, filha do abastado Comendador Manoel José de Bessa.

Em Diamantina, graças à sua extrema bondade e competência, logo se tornou querido e popular, sendo eleito e reeleito sucessivamente, vereador e presidente da Câmara, cargo este equivalente ao de prefeito dos nossos dias. Uma competente administração garantiu-lhe a eleição em 1878 para deputado provincial onde deu os primeiros passos para a navegação do Rio São Francisco e seus afluentes.

Interessante observar que Teófilo Ottoni quando deputado provincial em 1835 teve a mesma preocupação com referência à navegação dos rios que servem a Minas e a abertura de novas estradas para incrementar o comércio.

Foi de sua autoria a lei nº 98 de outubro de 1878, autorizando a província a contratar com o engenheiro Miguel de Teive e Argolo a construção da estrada de ferro ligando Filadélfia ao porto de Caravelas. A leitura da brilhante fundamentação deste projeto nos Anais da Assembléia Legislativa Provincial, sessão de 1878, demonstra seu grande conhecimento da realidade da nossa região e o seu interesse no progresso da mesma.

Não tenho dúvidas de que o Conselheiro Matta, tinha enorme admiração e respeito por Teófilo Ottoni.

Ambos abolicionistas, progressistas e filiados ao Partido Liberal.

Neste mesmo mês de outubro de 1878, no dia 29, consegue a aprovação da lei nº 177 de sua autoria, criando o município de Filadélfia e ficando a freguesia de Filadélfia

elevada à categoria de cidade com o nome de Teófilo Otoni. Foi assim que a nossa cidade passou de povoado à cidade sem ter sido vila conforme profetizara Teófilo Benedito Ottoni.

Em 1882 foi eleito na Câmara do Império como Deputado Geral, onde pela sua inteligência e cordialidade, conquistou logo a estima dos demais pares. Eleito Primeiro Secretário da Câmara, exerceu o cargo até ser escolhido aos 33 anos, ministro do Gabinete Dantas (06 de junho de 1884) onde, no curto período de seis meses, pôde revelar o seu brilhantismo, competência, independência de caráter e retidão de sentimentos.

Nesta ocasião, como Ministro de Estrangeiros, correspondente nos dias de hoje a Ministro das Relações Exteriores, conseguiu convencer o Imperador a reformular a proposta à Argentina para a solução da Questão das Missões, garantindo ao Brasil as fronteiras que hoje temos ao Sul.

Teófilo Ottoni, a sua época, também convencera David Canabarro a depor as armas na Guerra dos Farrapos, em prol da unidade nacional.

Graças à sua brilhante atuação no Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Presidente da República aos 25 de setembro de 2001 resolve admitir a título póstumo, no Quadro Suplementar da Ordem de Rio Branco o Excelentíssimo Senhor João da Matta Machado no Grau de Grã-Cruz.

Abolicionista convicto e militante, desde a juventude, adversário intransigente da escravatura, o Conselheiro João da Matta Machado sofreu forte reação escravocrata, que conseguiu derrotá-lo, embora por pequena diferença, no pleito para a renovação da Assembléia Geral.

Retornando a Diamantina em 1885, foi recebido com festas deslumbrantes pelos amigos do município e de outros, que encheram a cidade, cuja porta simbólica abriu com chave de ouro. Parece metáfora e é realidade pura, registrada nas colunas de “O 17º Distrito”:

“O extenso largo da Gameleira estava literalmente cheio de povo, entre o qual sobressaía grande número das mais distintas senhoras. Logo que os cavaleiros pararam junto à grande porta, tendo à sua frente o Conselheiro Matta Machado, para ele encaminhou-se a distinta poetisa Exma Sra. D. Maria Luisa Seixas, que em suas mimosas mãos trazia uma chave de ouro cravado de brilhantes, obra prima do distinto artista Luís José Lopes de Siqueira. A jovem talentosa poetisa disse-lhe: que lhe entregava em nome do povo de Diamantina a chave de sua cidade; que abrisse as suas portas e entrasse para continuar a ser o benemérito da Pátria, o amigo do povo e o protetor dos pobres.

Foram discursos numerosos, hinos laudatórios e poesias alusivas, comédias abolicionistas, concertos de orquestras, serenatas e tocatas, com as bandas de música rivais Corinho e Coro Grande, passeatas, fogos de artifício, luminárias, até marujada; em suma, sete dias e sete noites de festas e alegria. A mais esplêndida, espontânea e grandiosa ovação de que há notícia nos anais da província de Minas”.

Dissolvida a Câmara a 20 de agosto de 1885, foi novamente eleito e, em dois anos seguidos, foi membro da Comissão de Orçamento, na qual prestou grandes serviços, conseguindo, então, fosse afinal adotada a idéia pela qual sempre se batera, a navegação a vapor do Rio São Francisco.

Reeleito deputado, não chegou a tomar posse pelo advento da República, mas seu enorme prestígio popular volta a elegê-lo constituinte onde, como primeiro secretário desenvolve brilhante trabalho.

Votada a Constituição foi eleito primeiro presidente da Câmara do regime republicano.

Sua brilhante atuação no Parlamento, seja do Império, seja da República, ao lado de um testemunho de vida exemplar, foi razão da sessão solene da Câmara dos Deputados em Brasília no dia 23 de maio de 2001.

Nesta manhã, por 3 horas consecutivas mais de 20 deputados, representando todos os partidos, usaram da palavra para enaltecer a sua vida.

Convidado a fazer parte da mesa, na qualidade de sobrinho neto do homenageado, foi para mim uma emoção indescritível estar ali no Plenário Ulysses Guimarães, testemunhando uma homenagem das mais sinceras e comoventes.

O paralelo de vida com Teófilo Ottoni, volta a aparecer no período republicano.

A firme defesa do congresso por Matta Machado, no Governo Floriano Peixoto, leva-o à prisão por quatro meses na Fortaleza de São João.

Anistiado retira-se para a fábrica de tecidos Santa Bárbara, de propriedade da família Matta Machado onde, provavelmente pela primeira vez no Brasil, foi estabelecida a co-participação dos operários nos lucros da empresa, além de caixas beneficentes e de aposentadorias, bem como casas para os operários e educação básica para as famílias.

Assim como Teófilo Ottoni, o Conselheiro Matta Machado foi também grande empresário, mercê do enorme patrimônio herdado por sua esposa e do crédito que adquiriu com sua honestidade e competência inquestionável.

Abriu fábricas, fundou colégios, fomentou indústrias, criou estabelecimentos bancários e comerciais.

Também como Teófilo Ottoni enfrentou as vicissitudes financeiras. A crise do encilhamento no início da República, quando bancos privados podiam emitir dinheiro sem lastro e quase faliram o país, decretou sua insolvência, transferindo suas propriedades para estranhas e mercenárias mãos.

Em 1894, reeleito deputado, dirige manifesto ao eleitorado conclamando-o a lutar por uma República Federativa Parlamentar, única capaz de evitar a ditadura do presidencialismo. Foi dos primeiros a lutar pelo parlamentarismo no regime republicano.

Em 1896, ainda como deputado, redige um manifesto condenando a propaganda monarquista não obstante os erros da República que arrastaram o país à mais dolorosa situação.

A sua paciência e alegria contagiante angariou-lhe logo farta clientela e grande popularidade quando se fixou na nova Capital Belo Horizonte, onde atendia a todos que o procuravam como médico, sem fazer distinção social, e a qualquer hora do dia ou da noite. Este dignificante trabalho foi seu último e patriótico esforço pelo bem comum.

Aurélio Pires, patrono da cadeira nº 7 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, professor, jornalista, escritor, memorialista, historiador e humanista, assim se manifesta em janeiro de 1915 no jornal “O Momento”, quando da morte e sepultamento do Grande Conselheiro ocorrida a 6 de fevereiro de 1901.

“Tudo quanto Belo Horizonte possuía naquela época de representativo, na alta administração, nas letras, nas artes, na indústria, no comércio; tudo isso ali se achava, a fim de prestar uma derradeira e significante homenagem a um queridíssimo patrício que tombara ferido de morte, ainda em plena vitalidade.

Predominava, porém, nesse préstito o elemento popular, que disputava as alças do caixão que conduzia o morto amado, numa porfia enternecedora e rara, como só a presenciemos aqui, por ocasião do enterro de João Pinheiro. Médico, e dos mais sabedores, dos mais caridosos e dos mais desprendidos que tenho conhecido; político e dos mais acatados e operosos, tendo sido deputado provincial, deputado geral, ministro do Império, banqueiro conceituadíssimo por sua lisura e sua austeridade, homem de iniciativas largas e de amplo descortino, havendo chegado a acumular, por seu trabalho honesto, sua inteligência e sua energia, uma abundantíssima fortuna; utilizara todos esses preciosos predicados e todas essas invejáveis partes na prática do bem, na expansão dos generosos sentimentos que lhe enchiam a alma.

Concorreu largamente para a criação e manutenção de asilos e casas pias, afim de dar trabalho, educação, bem estar, abundância e alívio a todos os necessitados.

Pode afirmar-se sem receio de contradita, que sua vida inteira foi a caridade em ação e que o amor ao próximo encontrou, naquela alma peregrina, sua mais alta, sua mais lídima expressão”.

A ligação de Matta Machado com a cidade de Teófilo Ottoni não ficou apenas na lei que emancipou nossa cidade e naquela que propiciou a construção da Estrada de Ferro Bahia e Minas; duas de suas irmãs aqui moraram por vários anos:

A primeira, Maria Amélia da Matta Machado Versiani, esposa do grande engenheiro Pedro José Versiani, que trouxe os trilhos da Bahia e Minas até nossa cidade, aqui teve vários filhos entre os quais: Hilda Versiani Porto, minha mãe, e Júlia Versiani Ferreira da Cunha, esposa de Tristão Ferreira da Cunha, e avó de Aécio Neves da Cunha, atual governador do nosso estado.

A segunda, Virgínia Matta Machado de Figueiredo, esposa do médico Dr. João Antonio de Figueiredo, deputado estadual em várias legislaturas, é a mãe do Dr. Nerval de Figueiredo pai do jornalista e historiador Nelson de Figueiredo, detentor do maior acervo de documentos históricos da nossa cidade, hoje sob a guarda de seu irmão o Dr. Newton de Figueiredo.

Em várias oportunidades ouvi do Nelson a observação de que achava injusto a municipalidade de Teófilo Otoni não ter homenageado o Conselheiro Matta com o nome de uma rua, praça ou escola.

Felizmente o nosso Instituto Histórico escolheu-o como patrono de uma cadeira, a qual tenho a honra de ocupar.

Referências:

- “Traços Biográficos do Dr. João da Matta Machado”
Deputado Pedro Matta Machado
Imprensa Oficial – Minas Gerais – 1929
- “O Conselheiro João da Matta Machado”
Aires da Matta Machado Filho
Conferência Pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, na sessão comemorativa do centenário de nascimento do Conselheiro, a 14 de novembro de 1950
- Sessão Solene da Câmara dos Deputados de 23/05/01
Departamento de Taquigrafia – Número Sessão 088.3.51.0
- Ministério das Relações Exteriores – Palácio ITAMARATY 10 de outubro de 2001 – Ordem de Rio Branco – Entrega de Condecorações
- Revista Médica de Minas Gerais – Volume 11 nº 01 pag. 55/2001
- “Teófilo Ottoni – Ministro do Povo”
Paulo Pinheiro Chagas – Liv. Itatiaia 4ª Edição
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais- 15 de agosto de 2007- Edição do Centenário.
- Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 30 de setembro de 1874.

